

Dominique Maingueneau

maingueneau@univ-paris12.fr

A unidade da lingüística¹

The unity of linguistics

RESUMO – Este artigo estuda o problema da unidade do campo lingüístico, constantemente dividido entre os pesquisadores que reivindicam a “língua” e os que reivindicam o “discurso”. Tenta-se mostrar que esta oposição é irreduzível, que a lingüística está submetida a dois tipos de pesquisa de natureza diferente: “a abordagem A” e a “abordagem A’”, a primeira levando em conta um “plano gramatical” e a segunda um “plano hipergramatical”.

Palavras-chave: lingüística, língua, discurso.

ABSTRACT – This article studies the problem of unity in the field of linguistics, constantly divided between researches who demand the language and those who demand the discourse. We try to show that this opposition is not changeable, that linguistics is submitted to two types of research with different natures: the approach A, which takes into consideration a grammatical plan, and the approach A’, which takes a hypergrammatical plan into consideration.

Key words: linguistics, language, discourse.

Aqueles que estão situados fora do campo lingüístico evocam “a” lingüística como uma disciplina que acreditam ser homogênea. Ao contrário, aqueles que se definem como lingüistas experimentam a maior dificuldade em dominar a unidade de seu próprio campo, tal a disparidade que nele percebem. Fala-se freqüentemente em domínios “periféricos” ou “paralingüísticos” em relação a certos setores de pesquisa, mas esses termos mais mascaram o problema do que o resolvem. Nas breves páginas que seguem, refletiremos sobre a unidade do campo lingüístico e tentaremos mostrar que ele é radicalmente heterogêneo, que ele se organiza a partir de uma falha original entre “língua” e “discurso”².

Fica-se facilmente tentado a opor uma definição epistemológica a uma definição institucional da lingüística: haveria uma lingüística de pleno direito, a da “língua” saussuriana, à qual se uniria, por motivos de ordem institucional, certo número de disciplinas tidas como periféricas, assumindo o que antes era “fala” ou “performance” e agora é “discurso”. Mas essa distinção, apesar de usual, não permite compreender os conflitos que atravessam o campo da lingüística. O problema é precisamente o aparecimento constante de uma linha de clivagem quando se trata de dizer qual é o objeto legítimo da lingüística e quem tem o direito de invocá-la. Essa clivagem entre a “língua” e aquilo que se coloca no domínio do “discurso” não é transitória, ela passa pelo próprio interior da relação entre a lingüística e a linguagem.

No Curso de Lingüística Geral, Saussure define em primeiro lugar uma tríade *linguagem/lingua/fala*, fazendo da “linguagem” uma espécie de númeno incognoscível

“*multiforme e heteróclito*” (Saussure, 1972, p. 53) que a ciência só pode apreender sob a forma do fenômeno “língua”, único a ser “*um todo em si e um princípio de classificação*” (Saussure, 1972, p. 53). Isso o leva a separar uma lingüística da “língua” de uma “lingüística externa” (Saussure, 1972, p. 83). Mas essa última noção parece bem obscura: o que pode ser uma lingüística daquilo que seria “exterior” à língua propriamente dita? Como se pode ao mesmo tempo considerar que a “língua” é o único objeto verdadeiro da lingüística e, no entanto, atribuir o *status* de lingüística a disciplinas que lhe são “exteriores”? A dificuldade encontrada não é própria de Saussure. A lingüística moderna constantemente se depara com esse excesso da “linguagem” sobre a “língua”, com conjuntos de fenômenos de linguagem que parece difícil remeter a um outro campo, mas cujo reconhecimento parece colocar em risco a própria possibilidade de dar um objeto válido ao empreendimento lingüístico.

Deve-se, de fato, administrar conceitualmente o problema levantado por um objeto que parece se clivar quando se tenta apreendê-lo, mas não se divide em dois objetos distintos e complementares, passíveis de duas disciplinas com fronteiras demarcáveis.

Em um famoso artigo, “*Semiologia da Língua*”³, Benveniste (1974) depreendeu disso uma tese filosófica sobre a linguagem, que ele articulava em três proposições convergentes:

- a língua está submetida a uma dupla “*significância*”: o modo “*semiótico*” e o modo “*semântico*”;

¹ Tradução de Germano Weirich, aluno do bacharelado português/francês do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Revisão de Patrícia Chitttoni Ramos Reuillard, professora do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras, UFRGS. Este texto foi publicado, no Brasil, em francês, na Revista D.E.L.T.A., 6(2):127-137, 1990. A publicação da versão em Português é feita com a expressa autorização da revista D.E.L.T.A. e também do autor do artigo.

² Uma versão preliminar deste artigo foi publicada na revista de lingüística D.R.L.A.V. n. 39. Nós o reescrevemos e introduzimos algumas idéias novas.

³ Nota do Editor: Benveniste se refere a artigo publicado inicialmente na revista *Semiotica*, vol. 1, 12 e depois incluído como capítulo da obra *Problèmes de Linguistique Générale*, publicada em 1974. Neste artigo, todas as referências a Benveniste remetem à publicação de 1974.

- deve-se apreender a língua através de duas abordagens heterônomas: uma visa o semiótico, ou seja, os significantes saussurianos; a outra considera o semântico, ou seja, a língua na medida em que faz referência ao mundo para sujeitos falantes;
- essas duas abordagens correspondem à divisão natural do objeto em dois níveis, o signo e a frase (Benveniste, 1974, p. 63).

Toda a economia desse procedimento repousa sobre a terceira tese, que une a dualidade das abordagens à existência empírica de dois níveis distintos no objeto, o signo e a frase. Para Benveniste (1974), o signo e a frase são dois mundos distintos que requerem descrições distintas. É preciso então instaurar na língua uma divisão fundamental, bem diferente daquela de Saussure entre “língua” e “fala”.

Mas, quando se deixa de ser estruturalista, quando se pára de definir a língua como um sistema de signos e se coloca a atividade enunciativa no centro do dispositivo gramatical, a posição de Benveniste (1974) [descrita anteriormente] se torna insustentável.

Dessa posição reteremos, no entanto, o gesto que divide a apreensão da linguagem. Falar de interior e de exterior da “língua” constitui uma defesa ilusória: a linguagem não é o objeto de duas lingüísticas situadas lado a lado, cada uma delas assumindo uma parte dos fenômenos da linguagem, *mas é a lingüística que se desdobra para analisar os “mesmos” fenômenos*. Não duas regiões complementares, mas duas linhas que se misturam e se afastam. Benveniste (1974) tentava dissipar o caráter radical do dualismo lingüístico associando-o à diferença entre signo e frase, mas, deve-se admitir, é na verdade em todos os níveis que os significantes podem ser apropriados por duas apreensões heterônomas: uma é apenas da ordem da “língua”, a outra tem pontos de apoio “antropológicos” (sejam biológicos, psicológicos, sociais, etc.). Os enunciados se dão no arbitrário da “língua” como “*a explosão de um sentido que nenhuma significação atenua*” (Milner, 1978, p. 27) e, ao mesmo tempo, nas interações do “discurso” como eventos que significam (nos dois sentidos do termo) a inscrição em um contexto.

Poucos lingüistas da “língua” contestariam a idéia de que devem existir duas “tendências”, duas “regiões” dentro do campo lingüístico. Mas muitos só vêem nos estudos do “discurso” uma espécie de retorno do recalcado, a presença obstinada, às margens do sistema, de uma nebulosa de disciplinas que não aceitam os sacrifícios necessários para elevar a lingüística ao *status* da cientificidade. Compreende-se que seja difícil para eles admitir um dualismo quando sua representação espontânea do campo lingüístico é a de um “centro”, em oposição a uma “periferia”, mesmo que nem sempre saibam claramente que sentido dar a essa metáfora geométrica. De fato, ela é ambígua, podendo designar igualmente:

- uma hierarquia sobre um eixo qualitativamente unívoco (nesse caso a periferia aparece, por exemplo, como uma zona atrasada, longe dos aportes do centro difusor, esperando integrar-se a ele);
- uma complementaridade funcional;
- uma oposição entre um centro dominante e regiões dominadas, mas de produção específica. A periferia é agora um espaço de criatividade original, onde se elaboram os modelos que virão eventualmente substituir os modelos dominantes.

Se no nosso ponto de vista é correto, nenhuma dessas interpretações da oposição entre um centro e uma periferia permite caracterizar de forma adequada a divisão instituída pela pesquisa lingüística, já que é o próprio princípio de uma distinção entre um interior e um exterior da “língua” que deve ser questionado. Seria preferível, ao invés de falar de regiões *peri-* ou *para-* lingüísticas, distinguir dentro do “lingüístico” um *plano gramatical* e um *plano hipergramatical*. A noção de “plano” nos exime da obrigação de justapor duas zonas em uma mesma superfície. Quanto ao prefixo hiper, ele não se destina a fazer referência a uma lingüística mais rica, mais compreensível, mas designa um tipo de abordagem lingüística que requer pontos de apoio situados *além* de uma causalidade estritamente lingüística.

Tal representação da estrutura conflituosa do campo lingüístico não coincide em nada com as que os pesquisadores elaboram espontaneamente. Para os defensores menos transigentes do hipergramatical, a pretensão de construir uma lingüística que ignore em qualquer nível a dimensão psicológica ou social da linguagem só pode ser irrisória. Em contrapartida, para os defensores do gramatical, o desejo de colocar a gramática na dependência de algum referencial extralingüístico implica uma regressão para aquém dos axiomas fundadores da autonomia e da cientificidade do lingüístico.

Sendo inadequado falar de “lingüística central” ou de “lingüística periférica”, e já que esses termos entram em um jogo de valorizações ou de desvalorizações, será conveniente chamar de *abordagem A* e *abordagem A'* as que correspondem respectivamente ao plano gramatical e ao plano hipergramatical.

Observou-se que o critério essencial de distinção entre essas duas abordagens reside na forma como se considera a causalidade. A abordagem A visa, na medida do possível, construir modelos que articulem as regras a partir de princípios especificamente lingüísticos e não-evidentes. Ideal de homogeneidade que a leva a considerar apenas em desespero de causa resolver um problema invocando causas externas ao arbitrário da língua. É bem diferente para a abordagem A', que não se completa sem associar as estruturas da linguagem a ordens de causalidade diversas. Destinada a relacionar sistematicamente campos vizinhos, a abordagem A' recusa qualquer recuo da linguagem ao

arbitrário de suas operações. Enquanto a preocupação principal da abordagem A é manter a autonomia do território lingüístico e traçar a fronteira com os campos limítrofes, a da abordagem A' é apoiar-se em outros campos para tentar abalar uma autonomia lingüística julgada ilusória e nociva.

Enquanto as disciplinas relativas à abordagem A se distinguem em função de dois critérios - as divisões do objeto (sintaxe, fonética, etc.) e seu quadro axiomático (as diferentes “teorias” da gramática) - as disciplinas que compartilham a abordagem A' são de uma extrema instabilidade. Em relação a elas, não se pode falar de divisões do objeto, já que, na verdade, cada uma delinea seu próprio território: seus procedimentos, que têm sempre interseções, mas não se opõem num mesmo terreno, jamais são tidos como verdadeiros concorrentes. Disciplinas aparentemente muito próximas podem ter pressupostos teóricos, métodos e objetos bem diferentes. Tudo depende dos interesses profundos que as animam, dos campos nos quais elas se inscrevem. Basta pensar na extraordinária diversidade das escolas que se valem da sociolingüística para perceber isso. A diversidade dos pressupostos teóricos que se podem invocar levanta constantemente perigosos problemas de hierarquia: pode-se conceber, por exemplo, que a lingüística seja uma teoria do texto, a qual dependeria, por sua vez, de uma teoria da comunicação, que seria um ramo de uma teoria da ação... isso se não for de uma semiologia geral, de uma teoria das ideologias ou do inconsciente. Aqui, o jogo das articulações está aberto ao infinito.

Em contrapartida, o domínio de investigação da abordagem A se mostra bastante restrito, sendo os fenômenos lingüísticos pertinentes conhecidos essencialmente há muito tempo. O espaço gramatical tem sido tão lavrado nos últimos dois milênios, nele os fatos estão tão emaranhados, e com tal intensidade de algumas décadas para cá que sobre a menor questão existe uma literatura abundante. Na maior parte do tempo, o trabalho do pesquisador não consiste tanto em introduzir problemas ou novos dados, mas em construir formas de resolução diferentes, seguindo o mesmo modelo ou propondo um novo. Nessas condições, os pesquisadores da abordagem A não se podem considerar proprietários de um território: não existe especialista incontestado da voz passiva, das modalidades ou do adjetivo epíteto, na medida em que é impossível tratar de um ou outro desses fenômenos sem se referir aos outros em diferentes níveis. Essa característica é acentuada pela lógica da concorrência científica: em um dado momento, as pesquisas da abordagem A tendem a se concentrar em um conjunto muito reduzido de fatos cruciais (lembramos, por exemplo, a quantidade de trabalhos que os lingüistas gerativistas dedicaram à questão das categorias vazias desde o final dos anos 70).

Para a abordagem A', as coisas se dão de forma bem diferente, já que seu domínio de investigação é virtual-

mente ilimitado. Não são tanto os problemas encontrados pelos modelos que os fazem evoluir, mas os motivos de ordem ideológica e as conjunturas das ciências humanas. A escolha dos objetos de estudo, dos métodos e dos conceitos está necessariamente relacionada a uma complexidade social e intelectual móvel. Se é aparentemente normal tentar descrever a evolução de uma problemática da abordagem A pelas vias habituais da epistemologia, isso pareceria sem sentido para a abordagem A', em que, em último caso, novas disciplinas podem surgir em função dos *corpora* estudados e desaparecer quando se perde o interesse por eles. Essa não é uma prova de deficiência da abordagem A', mas a consequência de uma certa posição no conhecimento. Ao lado de escolas e de correntes com problemáticas relativamente estáveis, há inúmeras outras que surgem ou desaparecem de acordo com os acontecimentos biográficos, filosóficos ou políticos.

É grande, portanto, o abismo entre as duas abordagens que compartilham o campo lingüístico. De um lado, um domínio empírico restrito e denso, uma forte sofisticação dos modelos, uma concorrência exacerbada para tratar dos “mesmos” fenômenos. De outro, um espaço instável, onde se sobrepõem disciplinas e terrenos de investigação que jamais concorrem realmente entre si. Se na abordagem A as crises desembocam em geral em uma reestruturação dos modelos, na abordagem A' sempre se tem a possibilidade de construir uma nova disciplina ou de se interessar por novos objetos.

Essas múltiplas disciplinas da abordagem A' são tomadas então em uma relação mimética com seu objeto. Assim como este se fragmenta em função das situações de enunciação (o discurso de tal tipo de falante em tais circunstâncias), as disciplinas A' também se repartem de acordo com seus momentos, seus lugares e seus sujeitos de enunciação: existe a escola alemã de tal lugar que se interessa por tal tipo de *corpus* com tal intenção e tais pressupostos teóricos, o grupo americano de tal ramo da sociologia que em tal contexto busca dar conta de tais conjuntos de enunciados, etc. A variedade de usos da língua implica uma diversificação contextual das disciplinas que deles se apropriam. Tendo relação com problemas de posicionamento histórico e social, elas mesmas se situam no espaço das ciências humanas. O lingüista do discurso que investiga as condições de aparecimento e de funcionamento das produções de linguagem sempre corre o risco de ver suas próprias questões se voltarem contra si, de provocar alguma análise do discurso de seu próprio discurso.

Como se vê, trata-se de lógicas heurísticas bem diferentes: é isso, e não o tema da pesquisa que define o pertencimento ao “gramatical” ou ao “hipergramatical”. Tomemos o exemplo de uma pesquisa em dialetologia. Nada permite associá-la *a priori* a uma ou outra abordagem. Pode se tratar de um trabalho que tenta confrontar um modelo gramatical com novos dados para invalidá-lo, modificá-lo

ou confirmar sua pertinência. Nesse caso, estamos na lógica da abordagem A. Mas o estudo dialetológico também pode ser um meio de compreender como se perpetua um certo compartilhamento social, como um comportamento da linguagem se articula em práticas sociais. Agora, estamos claramente na esfera da abordagem A'. Da mesma forma, como se sabe muito bem, a lexicologia se mostra profundamente clivada: enquanto alguns trabalhos concernem à abordagem A, voltando os significantes para o arbitrário lingüístico, outros vêm no léxico antes de tudo um espaço de projeção dos movimentos sociais.

Seria possível fazer a mesma constatação a respeito das problemáticas textuais, que aqui nos interessam primordialmente. Não é o fato de estudar as estruturas textuais que é determinante, mas o ponto de vista adotado. Se o foco é o de uma lingüística das unidades transfrásticas, preocupada principalmente com a coerência, com a anáfora, com a progressão temática, etc., prevalece a lógica da abordagem A. Ao contrário, se a finalidade da pesquisa é relacionar um certo fato textual a algum funcionamento social ou psíquico, estamos evidentemente na lógica da abordagem A'. Isso não significa que os elementos desenvolvidos por uma vertente não possam ser considerados pela outra, mas, se isso acontece, eles são mobilizados para objetivos divergentes.

De qualquer modo, convém retirar da abordagem A' aquilo que se poderia chamar de “disciplinas de exportação”. Por razões institucionais, um certo número de pesquisadores faz carreira no campo da lingüística, sem que isso implique que, em um nível propriamente epistemológico, seja necessário classificá-los em uma ou outra abordagem. A principal característica dessas disciplinas de exportação é que elas empregam as pesquisas sobre a linguagem com outros fins, sem entrar de forma alguma no debate entre a abordagem A e a abordagem A'. Para elas, ambas as abordagens podem fornecer elementos úteis, cuja exploração, salvo exceções, não tem repercussão direta na análise lingüística.

Esse conflito entre as duas abordagens que compartilham o campo lingüístico toma, entretanto, feições muito diferentes conforme se trata de atitudes “minimalistas” ou “maximalistas”. O minimalista da abordagem A' se satisfaz com uma relação de complementaridade com a abordagem A: reconhecendo sua posição periférica no campo, ele

espera em troca que seja reconhecido seu direito de tratar de um conjunto de fenômenos da linguagem que são de sua competência e estão fora do alcance dos pesquisadores da abordagem A. Ele se contenta, pois, com um papel de “lingüista da fala”, para retomar uma expressão saussuriana. O maximalista, ao contrário, investe em todas as formas da oposição “língua”/“discurso”, e visa a subverter o campo desfazendo a própria oposição entre as abordagens A e A', pensada como uma hierarquia indevida entre um centro e uma periferia. A reivindicação maximalista é constante em sua forma: ela começa sublinhando as dificuldades encontradas pelos pesquisadores da abordagem A para logo estabelecer que essas têm sua origem na nefasta divisão do campo em duas regiões hierarquizadas. A atitude maximalista conclui então que se deve definir uma “nova lingüística”, uma “outra lingüística” que possa integrar no estudo da língua a subjetividade social e psicológica a partir de um referencial que fuja à ordem estritamente gramatical: agir sobre outrem, distinguir-se socialmente, preservar uma inscrição ideológica, etc.

Eis o nó do conflito. Por trás dessa vontade de questionar a divisão do campo lingüístico, desenha-se um conflito sobre sua autonomia. Os maximalistas da abordagem A', recusando a divisão, colocam necessariamente a língua na dependência de um referencial de uma outra ordem. Porém, trate-se de “minimalistas” ou de “maximalistas”, a situação de quem sustenta a abordagem A' é, de qualquer forma, delicada. De fato, é a abordagem A que ao mesmo tempo lhes confere a autoridade de lingüista e os marginaliza.

Como se vê, a condição do lingüista é complicada. Ele não pode nem aceitar realmente a divisão de seu campo, nem desejar seu fim. Esteja inscrito na abordagem A ou na abordagem A', ele deve se resignar a compartilhar a lingüística com um outro, que não é nem um semelhante nem um estranho, nem mesmo um verdadeiro concorrente.

Referências

- BENVENISTE, E. 1974. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 286 p.
- MILNER, J.C. 1978. *L'amour de la langue*. Paris, Seuil, 144 p.
- SAUSSURE, F. de. 1972. *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot, 331 p.

Dominique Maingueneau

Universidade de Amiens
Amiens, França